

Edição v. 40
número 1 / 2021

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 40 (1)
jan/2021-abr/2021

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

A serviço do povo? Um olhar sobre telejornalismo comunitário no SE1, JPB1 e RN1

At the service of the people? A view on community television news in SE1, JPB1 and RN1

LIVIA CIRNE

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.
E-mail: cirnelivia@gmail.com. ORCID: 0000-0002-2904-7182.

VITOR BELÉM

Universidade Federal do Sergipe (UFS) – São Cristóvão, Sergipe, Brasil.
E-mail: vitorcfb@gmail.com. ORCID: 0000-0001-9999-6132.

FABIANA SIQUEIRA

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.
E-mail: fabi.siq1@gmail.com. ORCID: 0000-0001-9378-5035

GIOVANA MESQUITA

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife, Pernambuco, Brasil.
E-mail: giovanamesquita@yahoo.com.br. ORCID: 0000-0001-6569-4515.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

CIRNE, Livia; BELÉM, Vitor; SIQUEIRA, Fabiana; MESQUITA, Giovana. A serviço do povo? Um olhar sobre telejornalismo comunitário no SE1, JPB1 e RN1. Contracampo, Niterói, v. 40, n. 1, p. XXX-YYY, jan./abr. 2021.

Enviado em: 23/08/2020. Revisor A: 26/10/2020; Revisor B: 23/02/2021; Revisor A: 30/03/2021.
Aceite em: 30/03/2021.

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v40i1.47457>

Resumo

A partir dos anos 2000, os telejornais locais ganharam mais espaço na programação das emissoras e têm apostado na inserção da comunidade nos scripts. Com a criação do quadro Calendário do NETV, pela Globo Nordeste, em 2009, todos os telejornais vinculados às emissoras regionais passaram a reformular a linha editorial, investindo no perfil comunitário ou no jornalismo de prestação de serviço, com cobranças em relação à obra de infraestrutura urbana precária ou com denúncias de serviços inapropriados prestados por órgãos públicos. Nesse sentido, a partir de pesquisa descritiva-analítica, realizada no período de 15 a 20 de julho de 2019, o presente trabalho busca refletir sobre como quadros dessa natureza têm se projetado nos telejornais SE1, JPB1 e RN1 (das afiliadas em Sergipe, João Pessoa e Natal) e como se dá a atuação do(a) repórter nesse contexto, entendendo-o(a) também com um(a) voz mobilizadora e responsável pela aceitação deste formato pelos telespectadores.

Palavras-chave

Telejornalismo; Telejornalismo local; Jornalismo comunitário.

Abstract

Since the 2000s, local news programs have gained more space in the programming of broadcasters and have been betting on the insertion of the community in the scripts. With the creation of the Calendar of NETV board, by Globo Nordeste, in 2009, all the newscasts linked to regional broadcasters started to reformulate the editorial line, investing in the community profile or in the service provision journalism, with charges in relation to the work poor urban infrastructure or with reports of inappropriate services provided by public agencies. In this sense, based on descriptive-analytical research, carried out in the period from 15 to 20 July 2019, the present work seeks to reflect on how pictures of this nature have been projected on the news programs SE1, JPB1 and RN1 (of the affiliates in Sergipe, João Pessoa and Natal) and how the reporter works in this context, also understanding him / her with a mobilizing voice and responsible for the viewers' acceptance of this format.

Keywords

Telejournalism; Local television news; Community journalism.

Introdução

Desde os anos 2000, os telejornais locais das afiliadas da Globo têm ganhado mais espaço na grade de programação e assumido um formato mais dinâmico, apostando num maior diálogo com a comunidade, não só a partir de estratégias de proximidade com seções colaborativas, mas inserindo-a nas pautas dos VTs e nas transmissões ao vivo.

Essa tem sido a estratégia de reestruturação do telejornalismo apontada, desde, na verdade, meados dos anos 1990, com a implantação e posterior popularização das TVs por assinatura, com maior variedade de canais, e investimento em programas policiais na TV aberta, principalmente em horários de grande relevância (próximos às 12h) e de maiores audiências. A disputa da atenção do telespectador, que tem várias ofertas (na televisão e na web) à disposição, passou a ser chave para repensar narrativas e sublinhar a participação da audiência, especialmente forçando diálogo com camadas sociais de contextos populares, marginalizadas pela negligência do poder político e não retratadas nos meios de comunicação.

Não por acaso, hoje, os telejornais locais, subordinados às demandas das emissoras regionais, carregam em seu projeto editorial o dever de estabelecer identificação com os telespectadores de uma cidade ou estado, seja pelas pautas de proximidade que apresentam ou pelo compromisso com a realidade social de referências espaciais que os circundam. Eles se dizem mais sensíveis aos problemas enfrentados pelos telespectadores, dando visibilidade ao que é de interesse público e que emerge no campo de tensões e cisões políticas e econômicas.

Buracos. Falta de esgotamento sanitário. Precariedade das escolas públicas. Insegurança nas ruas. Desemprego. Ausência de iluminação ou policiamento. Lixo nas ruas. Obras inconclusas. Transporte público deficiente. Ineficiência nos hospitais municipais ou estaduais. Corte de energia. Ao investir nessas pautas sobre cidadania nos quadros de chamado de jornalismo comunitário, as empresas criam vínculos estratégicos com uma fatia do público que estava escanteado pela grande mídia e assumem uma postura de resolvedora dos problemas daquela comunidade, funcionando como aliadas na luta coletiva para melhorar a qualidade de vida da população.

Para isso, a produção aparenta se afastar dos interesses comerciais da emissora, que na maioria das vezes é comandada por grupos políticos ou por empresários ligados a eles, e recorre a escolha de fontes e personagens com informações que confrontam a qualidade do trabalho das autoridades e passa a fiscalizar as instituições responsáveis por determinados serviços. Propõe-se a assumir o papel de mediador social para contestar e mostrar a fragilidade das entidades públicas.

Foi o que aconteceu inicialmente em São Paulo, em 1999. De acordo com o site Memória Globo, o SPTV - 1ª Edição foi um dos precursores na aplicação dessa comunicação mais incisiva voltada para a população local, relatando os principais problemas de cada bairro, mostrando os hábitos e modismos dos moradores de locais mais afastados, para que eles se sentissem representados no telejornal, e inserindo denúncias de práticas ilegais (MEMÓRIA GLOBO, documento online). Em seguida, esse modelo foi incorporado no RJTV – 1ª edição, e, no início dos anos 2000, passou a ser uma promessa em todo o Brasil, estendendo-se aos telejornais das afiliadas em todas as regiões.

Mais adiante, em 2007, foi criado o RJ Móvel, que revela uma aposta em um modo irreverente de apresentação dos fatos, com uma repórter que dramatiza em cena, confluindo divulgação de informação com entretenimento, utilizando-se de texto informal e um postura menos ponderada, incorporando ironias, exibindo insatisfação e se envolvendo afetivamente com a situação. Em 2009, a Rede Globo Nordeste criou o quadro *Calendário*, exibido no NETV – 1ª edição, que tem como formato um repórter reivindicando a presença das autoridades públicas nos locais das reclamações agendadas pela comunidade para combinar o reparo dos danos, marcando um dia, inclusive, para verificar se houve ou não solução.

Diante desses investimentos dos programas locais de jornalismo em se aproximar da população e no exercício da cobrança dos serviços, este trabalho pretende observar como essas práticas têm

reverberado em três outros telejornais: SE1, JPB1 e RN1. Como pressuposto metodológico, faremos um estudo de caso descritivo (YIN, 2015) tendo como período de análise a semana de 15 a 20 de julho de 2019 (segunda a sábado). Na recolha dos conteúdos telejornalísticos, utilizamos a plataforma de *streaming Globoplay* para posterior análise qualitativa do material.

Desenvolvemos uma observação sistemática estabelecendo como critérios analíticos o tempo destinado a essas coberturas, a performance dos repórteres, os temas priorizados e os tipos de fontes consultadas, com base na taxionomia proposta por Schmitz (2011). Na análise foi observado também o contexto do telejornalismo local e a prestação de serviço, bem como os significados sobre a atuação dos repórteres no acontecimento.

Contextualizando a inserção do jornalismo dito comunitário

Falar de jornalismo comunitário feito numa televisão comercial, a exemplo da Globo, exige que se definam os lugares do que é Comunicação Comunitária e do que é uma produção midiática intitulada comunitária. Como destaca Peruzzo (2006), “comunitário é um termo de uso problemático, já que pode se referir a processos diferentes entre si”.

Cicilia Peruzzo recorre a alguns autores para trazer uma definição de Comunicação Comunitária, como sendo:

O canal de expressão de uma comunidade (independente do seu nível socioeconômico e território), por meio do qual os próprios indivíduos possam manifestar seus interesses comuns e suas necessidades mais urgentes. De ser um instrumento de prestação de serviços e formação do cidadão, sempre com a preocupação de estar em sintonia com os temas da realidade local (DELIBERADOR e VIEIRA, 2005 apud PERUZZO, 2006, p. 9).

Dessa forma, para Peruzzo (2006 p. 9), a comunicação comunitária se caracteriza “por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania”.

Apesar dessa definição do que seria uma comunicação comunitária, baseada em princípios públicos, a mídia comercial também incorporou a palavra *comunitário* para designar algumas de suas produções, como no caso dos telejornais analisados. E, nesse caso, é inevitável o questionamento sobre o que há de comunitário numa produção que não é feita pela comunidade, que tem por trás uma empresa com fins lucrativos e cuja propriedade não é coletiva.

Paiva (2006, p. 69), entendendo que os lugares da comunicação comunitária e da produção midiática “não devem constituir-se necessariamente como forças contrárias, mas pólos opostos que dialogam entre si”, ressalta que:

o fundamental para um jornalismo inclusivo ou comunitário, enquanto horizonte político-social do jornalismo, é que não se perca de vista o seu aspecto principal, ou seja, a capacidade de produzir novos e inclusivos olhares sobre as coletividades, sobre o outro (PAIVA, 2006, p. 69).

Partindo desse entendimento, Paiva (2006, p. 69) afirma que se pode potencializar “as facetas positivas dessa interrelação, que são para a grande mídia a inegável proximidade com a existência concreta das populações, mais bem apreendida pelos veículos comunitários”. Essa proximidade pode resultar na seleção de pautas e de assuntos que envolvam diretamente a coletividade.

Esse jornalismo voltado para o “quotidiano de coletividades” (PAIVA, 2006) tem como traço mais marcante “a sua estreita conexão com a realidade e interesses da coletividade específica, perdendo completamente campo à mera espetacularização da informação” (PAIVA, 2006, p. 69).

A produção dessas narrativas inclusivas, como destaca Paiva (2006), deve:

ser estruturada a partir da presença de uma apuração que redunde numa redação em que seja possível reconhecer o mínimo de pré-juízos, pré-conceitos, pré-ideias, paralelamente a uma abertura sobre o que se apresenta como o outro e seu cotidiano. A partir desta atenta, cuidada e vigiada produção, seria possível orquestrar as mais diversificadas falas e opiniões sobre os fatos em foco (PAIVA, 2006, p. 69).

Com base nesse breve apontamento inicial, convém-nos estender a discussão sobre o papel do telejornalismo local nesse contexto e de que forma o SE1, JPB1 e RN1 se manifestam na relação com a comunidade ou que estratégias adotam para a construção de laços sociais com essa audiência.

Telejornalismo local a serviço da comunidade

O telejornalismo vive de contar histórias. Em cada notícia que é veiculada, imagens, textos e sons organizam múltiplos significados para o público com o qual se relaciona. Essa relação constitui uma das formas, se não a mais importante, da audiência interpretar o contexto em que vive e relacioná-lo com o que acontece na cidade, no país e no mundo. Como lembram Vizeu e Correia (2008), os noticiários televisivos são como um lugar de referência na construção social da realidade.

Nesse sentido, quando se trata do telejornalismo local, as notícias despertam discussões, comportamentos e redefinem valores de maneira mais próxima do público, seja no aspecto territorial ou temporal. Para Coutinho e Fernandes (2007, p. 6), na busca por fortalecer esse território de pertencimento, “o local se torna um território audiovisual que é constituído, por meios dos recortes e reconstrução da realidade transmitida nos telejornais locais”.

Independentemente do local de referência, essa dinâmica se desenvolve nos noticiários locais produzidos pelas emissoras de televisão distribuídas pelo país, fazendo um contraponto aos telejornais de rede que, mesmo trazendo assuntos de interesse da população, não se aprofundam em muitos dos temas que fazem parte da rotina das comunidades, como problemas de saneamento básico, iluminação pública, entre outras coisas.

O fato é que em diferentes locais, as estratégias também se diferenciam. Pode ser um quadro, um tipo de performance do repórter, a linguagem, a condição da notícia (se ao vivo ou gravada) ou mesmo a mistura de muitos desses itens, sempre tendo em vista um mesmo objetivo, em aproximar-se da comunidade. Essas estratégias fazem com que os telespectadores se identifiquem com as mensagens e criem vínculos diferenciados com os telejornais locais; sendo a forma com que a televisão estabelece laços sociais (WOLTON, 1996).

Esse ajuste editorial é fundamental para a manutenção do telejornalismo local, que precisa dialogar com seu público direto. Ao discutir sobre o conceito do jornalismo de proximidade, Camponez (2002) lembra que, na relação entre mídia e público, as identidades das regiões devem ser contempladas para reforçar o sentido de pertencimento. “[...] O território de pertença e de identidade, ao qual a informação local parece estar ancorada, pode por si condicionar as formas de expressão de uma comunicação de massa” (2002, p. 108).

Essa identificação com o local revela múltiplas estratégias das emissoras mostrarem que estão a serviço do público. É nesse contexto que, nos últimos anos, repórteres de todo o país intensificaram a estratégia de assumir uma postura mais popular, hibridizando entretenimento com a informação. Processo em que Coutinho (2013) reconhece elementos da dramaturgia no telejornalismo. Os jornalistas assumiram a postura de personagens, atuando não apenas na função de reportar os fatos, mas dramatizando situações e personagens.

Além de, em tese, produzir um jornalismo mais participativo, com maior exercício da cidadania, a construção de laços de pertencimento de uma emissora de TV com seu

público, nos moldes da indústria cultural, é um processo que pode ser comparado, sem esforço, à fabricação de um produto. Construir uma imagem local e popular implica em investir no reconhecimento, por parte do telespectador, de alguma origem comum, de algo que traga para dentro de casa (via TV), a rua, o bairro, a cidade onde se vive (COUTINHO e MATA, 2011, p. 69).

Essa figura mediadora de conflitos entre a população e o poder público reforça os vínculos das emissoras a partir da prestação de serviço. Situações que distinguem estratégias utilizadas pelas emissoras, em especial no que se refere ao papel do repórter nesse tipo de produção.

O repórter neutro e também ator

A linguagem televisiva permite uma série de aproximações. Coutinho (2003) chamou a atenção para a existência de uma dramaturgia na atividade jornalística voltada para a TV, que envolve não apenas a espetacularização dos fatos, mas a encenação, o apresentar das notícias, a escolha do texto e das imagens e a atuação dos personagens selecionados e editados.

Neste trabalho, entre outros fatores, procuramos identificar como ocorre a atuação do repórter. Por se tratar de um estudo de notícias com enfoque local, de perfil conhecido como jornalismo comunitário, é interessante entender até que ponto o posicionamento é neutro ou alinhado com os interesses da população/das autoridades ou assume novos contornos, incluindo interpretação e inclusão de elementos, como o humor. Esta última é uma tendência que vem sendo identificada, há algum tempo, por alguns autores no telejornalismo brasileiro. É uma tentativa de informar, entreter, distrair e despertar o interesse que faz com que as “notícias sejam apresentadas como show” e, dessa forma, transformem “fatos sociais em diversão” (NEGRINI; TONDO, 2009, p. 03).

Apontamentos sobre o SE1, JPB1 e RN1

SE1

O SE 1, telejornal produzido pela TV Sergipe, emissora afiliada à Rede Globo, sempre teve como característica predominante a prestação de serviço. Ao longo dos anos, o telejornal passou por diversas mudanças estéticas, editoriais e/ou tecnológicas, mantendo essa mesma predominância sobre os temas que aborda. Em maio de 2018, o telejornal mudou o apresentador, colocando a repórter Priscilla Bitencourt no estúdio. A mudança para uma apresentadora mais popular foi acompanhada por novos quadros e a ampliação dos espaços ao vivo direto das comunidades; em uma observação preliminar, percebe-se que o telejornal tem ao menos um link nas comunidades a cada edição. O telejornal também ampliou o tempo de produção, quando a emissora deixou de exibir o último bloco do programa *Encontro*, fazendo com que o jornal passasse a ter até cinquenta minutos de duração. O alongamento do telejornal foi uma estratégia da emissora para colocar o noticiário no ar no mesmo horário da edição da emissora concorrente.

No período de análise, as consequências das fortes chuvas ocorridas na semana anterior dominaram o noticiário por alguns dias. Por isso, boa parte do conteúdo da semana, seja ao vivo ou gravado, teve um caráter mais factual, sem explorar tanto a prestação de serviço como é habitual no noticiário. Ainda assim, foram identificadas algumas questões importantes para a análise. No dia 15 de julho de 2019, quatro VTs mostraram a situação em alguns bairros da capital e do interior do Estado. O tipo de fonte predominante foi a individual, onde pessoas comuns relatavam os transtornos provocados pelas chuvas. Nesse tipo de cobertura, os repórteres adotaram uma postura mais neutra, atendo-se ao caráter factual dos acontecimentos.

O *Chama o SE 1 que resolve* é uma forma como a apresentadora e os repórteres identificam as

entradas ao vivo em pautas comunitárias. Não é reconhecido como quadro, mas é recorrente e surge como uma espécie de bordão. É inserido sempre com a exibição de vídeos enviados pela comunidade ou quando o repórter está no link em algum ponto da cidade onde há queixas da população, normalmente atrelado a deficiências dos serviços públicos. Foi assim no dia 16 de julho de 2019, quando o telejornal teve duas inserções ao vivo da repórter mostrando a queixa da população por conta da falta d'água em um bairro. Somando as duas entradas, o tempo dedicado ao assunto foi de sete minutos e quarenta e quatro segundos. A voz da comunidade é predominante, quando se refere a fontes; foram seis no total. A fonte oficial não foi entrevistada, mas a assessoria enviou uma nota, que foi lida pela repórter.

Outra iniciativa do telejornal na busca pela aproximação com a comunidade é o *SE1 no meu bairro*, quando a equipe, incluindo a apresentadora, conduz o telejornal ao vivo nos bairros, com reportagens e entradas ao vivo de diferentes lugares, para mostrar as demandas da população. A escolha do local é definida através de votação no portal G1 Sergipe. Durante o período de análise, a ação não ocorreu.

Mas não são apenas as questões urbanas que fazem essa ligação mais próxima com o telespectador. Todos os meses, o SE1 exibe o quadro *Desaparecidos*, com a repórter ao vivo na capital, ouvindo familiares que estão à procura de pessoas desaparecidas. No dia 16 de maio de 2019, cerca de dezenove minutos do telejornal foram dedicados ao tema, restringindo-se a ouvir as fontes individuais. Além disso, tem o quadro *Preciso de emprego*, com a participação do público via aplicativos, com o envio de vídeo relatando habilidades profissionais. O público fala sobre o interesse em emprego e disponibiliza o contato para possíveis contratantes interessados. A iniciativa dura em média dois minutos e apareceu em quatro das seis edições exibidas na semana.

Ao que se evidencia nesse recorte, o noticiário não usa de artifício de repórteres personagens. Os mediadores dos fatos assumem um comportamento mais neutro, mesmo que por muitas vezes reforcem no discurso que é através deles que os problemas comunitários são resolvidos.

JPB1

O JPB1, até junho de 2019, era produzido e apresentado, de maneira independente e simultânea pela TV Cabo Branco, em João Pessoa, e pela TV Paraíba, em Campina Grande, ambas pertencentes ao mesmo grupo de comunicação. Em função de demissões na emissora do interior do estado, houve uma reestruturação e desde então o programa se tornou de abrangência estadual, sendo transmitido somente a partir da capital paraibana, absorvendo conteúdo de Campina Grande.

Apesar dessa mudança, não houve alteração na linha editorial do telejornal, que permanece voltado para temas comunitários e notícias do dia. No período de 15 a 20 de julho de 2019, identificamos 15 conteúdos jornalísticos com enfoque predominantemente comunitário. Desses, a maioria (13) teve participação direta de repórteres, seja por meio da elaboração de reportagens ou realização de entradas ao vivo.

Ao todo, foram sete reportagens, seis entradas ao vivo, uma nota mais vt (usada para informar o desfecho de um problema mostrado na edição anterior) e um vídeo feito pelo celular. Este último foi realizado pelo apresentador oficial do programa que, mesmo estando de férias, gravou um conteúdo enquanto passeava de bicicleta com o filho para mostrar a falta de manutenção em um parque de João Pessoa.

Em relação ao tempo de produção, chama a atenção a quantidade de minutos que é dedicada a cobertura de problemas comunitários. A maioria das reportagens e entradas ao vivo do JPB1 oscilou entre três minutos e oito segundos e quatro minutos e 44 segundos, incluindo a cabeça lida pelo apresentador e a eventual nota-pé (PATERNOSTRO, 1999) ou comentário final feito em estúdio.

As exceções foram uma entrada ao vivo com fotos enviadas por moradores sobre a transposição do Rio São Francisco (de dois minutos de 39 segundos, incluindo a cabeça), outra entrada ao vivo sobre

irmãos que se acorrentaram a uma grade para pedir tratamento de saúde para a mãe (de dois minutos e quatro segundos, ao todo), o vídeo feito por celular pelo apresentador de férias (um minuto e 15 segundos, no total) e a nota mais VT com o desfecho da história de um apelo na área de saúde (com 28 segundos).

Quando se analisa o tempo total de produção do telejornal que oscila, diariamente, entre 40 minutos e 50 minutos, é possível perceber o destaque total dado a essa temática comunitária. Uma única reportagem ou entrada ao vivo sobre o assunto chega a ocupar quase 10% do programa. No período analisado, o dia com maior registro de conteúdos comunitários foi 17 de julho. Foram cinco assuntos que, juntos, somaram 14 minutos e 41 segundos, isso sem levar em consideração o tempo destinado a esses temas na escalada ou nas passagens de bloco (PATERNOSTRO, 1999). Já os dois dias com menos registros foram 18 de julho e 20 de julho de 2019, com apenas uma reportagem, cada um, de jornalismo comunitário. Isso ocorreu no dia 18 por conta da predominância de assuntos factuais e no dia 20 pelo uso de quadros culturais e de gastronomia, que sempre são exibidos aos sábados.

Quanto ao tipo de fonte, no JPB1, há uma predominância da individual, do cidadão que reivindica seus direitos e que em alguns momentos também assume a posição de testemunha, relatando situações que presenciou sobre o problema noticiado. Há quase uma ausência de fontes oficiais presenciais.

As respostas para as situações mostradas, geralmente, são transmitidas de forma oral pelos repórteres ou apresentadores. Dos 15 assuntos com enfoque comunitário, as fontes oficiais apareceram, de fato, com som e imagem somente em três. A primeira foi na entrevista do presidente da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (Aesa) na reportagem sobre os problemas nas obras de transposição do rio São Francisco. A segunda foi na entrevista feita com a delegada de crimes contra os animais, que complementou a entrada ao vivo sobre a situação dos cães abandonados em uma casa em João Pessoa. E a terceira foi na entrevista feita com um advogado da prefeitura de Santa Rita em frente a obra de uma creche abandonada no município.

Em relação ao tema, no período analisado, houve mais evidência a assuntos ligados a problemas na infraestrutura das cidades: buraco em rua (2), manutenção em praça (3), manutenção de campo de futebol comunitário (1), obras em rua (2), problemas em obras da transposição (2), cães abandonados em casa (2), obra parada em creche (1), saúde (2).

Quanto à postura do repórter, observamos que há uma estratégia clara de espetacularização da notícia em uma tentativa de se aproximar do público. Isso é mais evidente nas reportagens do quadro *Calendário do JPB1*. O repórter designado para fazer essa cobertura, Danilo Alves, tem uma postura diferente do que costuma desempenhar em outras reportagens, que não pertencem ao quadro.

O papel do repórter extrapola as funções de observador e narrador dos fatos, geralmente atribuídas à função. Há uma certa teatralização da notícia, em que o mesmo faz expressões diante da câmera para se mostrar surpreso, incrédulo, contrariado, indignado. Há um apelo também para o lado cômico, em que o repórter se apropria da fala do cidadão comum. No dia 15 de julho, por exemplo, Danilo Alves fala “Sedurb [Secretaria de Desenvolvimento Urbano de João Pessoa], em nome de Jesus, pelo menos dá uma resposta, faz alguma coisa”, ao cobrar um posicionamento do órgão da prefeitura.

No dia 16 de julho, o mesmo repórter usa o humor ao mostrar a tristeza dos moradores da comunidade do Timbó, no começo da reportagem: “Estão tudo choco, parece o Brasil quando perdeu de 7 a 1”, referindo-se a derrota para a Alemanha na Copa do Mundo de 2014. O problema mostrado no local foi a obra em um campo de futebol, que desde fevereiro de 2018 o JPB1 acompanha por meio do calendário. Nessa mesma reportagem foram recuperadas imagens de outra matéria em que o repórter aparece jogando futebol e fazendo gols nesse campo, comemorando junto aos moradores. As cenas serviram para o repórter falar, logo em seguida, o seguinte para uma pessoa da comunidade: “Se a prefeitura fizer algum negócio, vou fazer de bicicleta agora”, dizendo que voltaria a jogar e faria gol se a obra fosse feita. Um dos moradores responde: “Tá certo”, sorrindo.

Esse mesmo tipo de diálogo segue no dia 17 de julho, em outra reportagem sobre uma obra em

uma rua em que Danilo Alves tenta estabelecer proximidade, agradecendo ao motorista de um ônibus que desviou dele, na rua, dizendo: “Valeu, motor”. Ele também de certa forma implora para que a situação seja resolvida ao marcar uma nova data para o retorno: “A gente vem no carimbo de resolvido, pelo amor de Deus!”. É a mesma postura adotada, no mesmo dia, também pelo referido repórter, agora em uma entrada ao vivo sobre um buraco em outra comunidade, quando fala: “Muito bom dia pra você, meu irmão” [ao cumprimentar um morador] e “Seinfra [Secretaria de Infraestrutura de João Pessoa], por favor, manda pelo menos uma resposta ‘pra’ comunidade e resolve o serviço”.

No dia 18 de julho, ocorreu uma das situações mais inusitadas do período analisado. Foi em uma reportagem sobre as obras paradas em uma creche na cidade de Santa Rita, região metropolitana de João Pessoa. Diante do advogado da prefeitura, que fez promessa para retomar a obra e aparece em frente ao prédio da creche e rodeado por moradores, o repórter diz ao marcar uma nova data para retornar ao local: “Imagina se a gente vem aqui em novembro e não tem nada. Aí a conversa vai ser diferente, viu menino!”. Ele fala diretamente para o advogado, em tom de humor, que sorri.

No dia 19 de julho, em uma reportagem sobre a recuperação de uma praça no bairro de Castelo Branco, em João Pessoa, o repórter volta a usar do humor, fazendo gestos e expressões faciais. Danilo Alves pede para uma moradora mostrar como faz ginástica para, na sequência, imitá-la imitá-la como se estivesse diante de um aparelho de musculação imaginário, para logo em seguida dizer que cansou. Nessa mesma matéria, o programa faz uso de falas da comunidade para enaltecer o quadro Calendário: “Hoje diante de João Pessoa, da Paraíba, o Calendário é o diferencial. É o diferencial para o povo. É isso aí, procure o Calendário”. Em outro momento, uma moradora abraça o repórter que se mostra emocionado e diz: “Deus pague a vocês muito bem”.

No mesmo dia, agora em uma entrada ao vivo, o mesmo repórter usa do humor para abordar a população e mostrar um problema de buraco na rua. Danilo Alves fala sobre o cabelo liso da moradora, que mesmo com a chuva que está caindo naquele momento não muda: “O cabelo ‘tá’ show, já a porta da casa...”, referindo-se ao buraco. É uma postura que se repete no dia seguinte, 20 de julho, agora em uma reportagem sobre a falta de obras em uma rua. Ao se aproximar de um grupo de pessoas, Danilo Alves diz: “Comadre, me dá uma notícia boa”. É a décima sétima reportagem do Calendário do JPB1 no local. Ao final, o repórter se despede dizendo: “Dia 2 de novembro a gente volta à rua Napoleão Crispim pra ver como é que ‘tá’ a situação e eu espero, de coração, que esteja melhor”.

RN1

Os telejornais da Inter TV Cabugi (afiliada da Globo no Rio Grande do Norte) começaram a investir assumidamente em seções de jornalismo com apelo à denúncia e à cobrança de prestação de serviços em 2016, com o lançamento do quadro de RN Comunidade e a incorporação do quadro Calendário RN. De lá para cá, a apropriação dessas pautas no tempo total do programa tem mudado. Desde outubro de 2018, a editoria de jornalismo passou a, eventualmente, apostar em uma postura mais bem-humorada do repórter e destinar mais espaço nos blocos, com exploração do ao vivo e participação da comunidade, porém sem regularidade. No entanto, com o crescimento da audiência, em fevereiro de 2019, o RN1 intensificou esse formato mais descontraído das matérias e nas transmissões ao vivo, explorando também quadros com mais participação dos telespectadores.

O período dedicado à análise, 15 a 20 de julho, compreende justamente um estágio de readaptação no telejornalismo da Inter TV Cabugi, pois coincide com a saída da principal repórter que atuava nas seções conhecidas como jornalismo comunitário no RN1, a paraense radicada em Natal: Ediana Miralha. A repórter assumiu uma postura informal, não prevista nos manuais de redação, adotando um estilo de aparente parceria com os moradores de áreas carentes e conduzindo os VTs com extroversão, misturando jornalismo com entretenimento, a partir da performance engraçada, irônica e excessiva, como,

por exemplo, podemos citar a edição do dia 10 de julho, em que foram relatados transtornos causados por buracos em dois bairros da zona norte de Natal, durante 10 minutos e 56 segundos. Esse tempo foi dividido entre ao vivo, VT e comentários do apresentador, apresentando, basicamente, reclamação dos moradores, a teatralização da repórter (Captura de tela 1) e apenas alguns segundos foram reservados à resposta da Prefeitura, em nota interpretada pelo apresentador no estúdio.

Captura de tela 1 – Sequência de links com Ediana Miralha no RN1 de 10 jun. 2019



Fonte: Adaptado de imagens da Globoplay

Faz-se importante contextualizar como se manifesta esse tipo de abordagem no RN1, porque esse foi o formato que prevaleceu até o dia 15 de julho, quando iniciamos a análise para este trabalho. Nos demais dias, a saída repentina da repórter-atriz alterou a narrativa do programa durante a semana, pois os repórteres que se responsabilizaram por essas pautas têm posturas neutras no vídeo, expondo os problemas estruturais e as cobranças de modo sério, sem irreverência no que se refere à performance e ao texto, uma vez que o vocabulário exageradamente informal também não faz parte dos princípios deontológicos da profissão.

Isso foi refletido na organização do telejornal durante toda a semana, pois, ainda no dia 15 de julho, três blocos exploraram links com prestação de serviço e ainda houve um quadro com os erros de gravação intitulado *Bastidores com Ediana Miralha*, o que revela investimento exagerado no entretenimento. Os blocos com Ediana Miralha concentraram 1) um ao vivo de mais de 6 minutos, com reivindicações sobre buracos, falta de saneamento e segurança, trazendo até uma paródia da música *Tocando em frente*, de Almir Sater, cantada pelos moradores e crianças em coro, e 2) um VT de 6 minutos apontando falta de transporte público em circulação, com repórter atuando como passageira em ônibus lotado. Houve também blocos que mostraram o apresentador Murilo Meireles do RN1 deslocado do estúdio para a rua, a fim de relatar descaso da prefeitura em relação à sinalização de uma avenida com obra não finalizada, totalizando mais de 13 minutos. Ou seja, mais de 25 minutos com prestação de serviço em uma edição.

Com a saída da Ediana Miralha do quadro de profissionais da empresa, a reprodução desse modo de transmitir informação, tentando se apropriar da linguagem bem mais informal, só acontece novamente no dia 18. Pautada pela produção, a repórter Mariana Rocha incorpora o tom das queixas e da

descontração, realizando o infeliz aniversário de uma drenagem inconclusa, com direito a bolo e toppings com fotos do prefeito, do secretário da obra, com a logo da prefeitura e da empresa executora, além de até passar por baixo da mesa após ter provado o bolo, em referência ao programa Mais Você, conforme mostra a Captura de tela 2.

Captura de tela 2 – Imagens da veiculação do aniversário do buraco em virtude de obra inacabada



Fonte: Adaptado de imagens da Globoplay

Apesar de links ou VTs extensos, geralmente, a produção do telejornal só oferta de 35 segundos a 1 min para as respostas das empresas ou entidades envolvidas nas reivindicações das comunidades. Essa, na verdade, parece ser a dinâmica do telejornal. De acordo com a taxionomia elaborada por Schmitz (2011), as fontes primárias exploradas nas matérias e nos links são basicamente individuais do fato. A fonte autorizada apenas é incorporada como nota ou em curta resposta apresentada no texto do repórter.

Do dia 15 ao dia 20, apenas um dia (19 de julho) houve preocupação em mostrar a versão da voz oficial, no caso a Secretária de Educação de Natal, no VT em que a repórter Mariana Rocha denuncia ausência de pagamento do salário às merendeiras e auxiliares de cozinha das escolas municipais. Após cinco merendeiras e uma mãe serem ouvidas sobre o caso, a Secretária explicou os motivos do atraso, em 1 min e 16 segundos, em reatividade às queixas elencadas pela jornalista.

No restante das matérias e entradas ao vivo dos dias 15, 16, 17 e 19 de julho, o apresentador, no estúdio, apenas diz ter entrado em contato com o setor ou organização responsável pela prestação de serviço, citando as promessas de resolução. Isso mostra, de certa forma, uma desproporcionalidade no uso das vozes, distanciando-se dos modelos polifônicos (MACHADO, 2000) de jornalismo. Em que pese a intenção de resolver o problema e de divulgar o que é de interesse público, observa-se que há uma provável preocupação em espetacularizar os fatos, e não de modular os discursos, com pluralidade de vozes, que possam serem confrontadas, dando mais espaço às fontes que representam apenas um lado.

Outro aspecto que vale mencionar diz respeito à vinheta do *RN Comunidade*, que aparece em algumas edições ou em alguns blocos, mas em outros momentos em que o apresentador convoca o/a repórter com matéria de jornalismo comunitário, a vinheta do quadro não aparece e nem há qualquer

menção, o que nos leva a crer que não há um padrão no script do telejornal. Também não há um rodízio entre as pautas. Durante a semana, apenas uma não fazia referência ao tema saneamento básico e serviços urbanos, já que dirigia a queixa à Secretaria de Educação.

Supostamente, as reclamações são recebidas por whatsapp, pois, geralmente, fazem uso de vídeo colaborativo para introduzir o problema. A colaboração também acontece em outros quadros de prestação de serviço do telejornal, como o diário de procura de empregos intitulado *Quero meu emprego*, em que os telespectadores enviam vídeos falando sobre as suas habilidades profissionais. Há ainda um outro quadro no telejornal em que o repórter Lucas Cortez percorre as ruas a procura de personagens inusitados da cena natalense, com inserções longas durante o telejornal, que somadas ultrapassam 13 minutos, e que são destacadas, tal como a do dia 20 de julho, que programa é aberto com o cantor Francisco do Faustão, participante do *Se vira nos 30*, do Domingão do Faustão, fazendo uma apresentação musical. O repórter utiliza-se também de linguagem super informal, com expressões “fala, galera!” e o bordão dele “sucesso”, abraçando as pessoas durante a transmissão. Essa postura é compatível com a da ex-repórter do RN1, Ediana Miralha, que refere-se aos cidadãos que estão no local pelos apelidos, ou nomes de cada um, mostrando aparente intimidade, e ainda incorpora no texto sentenças como “mulher, vem cá”, “menina, conta aqui para gente” ou se dirige ao apresentador no estúdio, Murilo Meireles, por exemplo como Mumu.

Considerações finais

A observação dos três telejornais evidencia como as emissoras incluem, de maneira diversa, os assuntos relacionados a comunidade na programação de seus telejornais. Cada emissora, ao seu modo, coloca as demandas dos telespectadores como pauta prioritária. Percebe-se que a participação do repórter ao vivo, direto das comunidades, passou a ser valorizado, pois além de aproximar-se do público, tem-se um efeito de imediaticidade. Por vezes, os links parecem mais extensos do que o necessário. Isso pode ser interpretado de duas maneiras: a primeira, pela falta de condições estruturais para produzir uma maior diversidade de conteúdo; a segunda, pela estratégia de dramatizar os fatos à exaustão, como estratégia sensacionalista. As duas possibilidades também podem se somar.

O RN1 e o JPB1 tendem a investir em uma linguagem mais informal, com teatralização da notícia e performance mais evidente dos repórteres. Nesses telejornais, alguns repórteres específicos assumem essa função, distinguindo entre os demais, com a abordagem padrão dos fatos. Nesse sentido, o SE1, mesmo explorando temas ligados à rotina da população, adota uma postura mais neutra, próxima ao padrão tradicional dos telejornais. Não há repórteres específicos para esse tipo de pauta.

Observa-se que a quantidade de tempo dedicado aos temas comunitários não reflete uma diversidade de fontes. A população, seja na condição individual ou testemunhal, está mais presente as sonoras e entrevistas das produções. No período analisado, as fontes oficiais aparecem timidamente, na maioria das vezes como nota. Não fica claro se é uma opção editorial ou dos próprios representantes, mas o fato é que isso denota uma prioridade, na medida que se acena como um caminho para que as emissoras priorizem os interesses da coletividade. Assim, os repórteres se apresentam como verdadeiros mediadores dos problemas da população, por vezes de forma implícita, mas também explícita, como o telejornal da TV Sergipe, que presunçosamente repete o bordão *Chama o SE1 que resolve*.

No entanto, o que é importante refletir é que o jornalista pode e deve ser mediador dos problemas da comunidade, mas o tratamento dado a ela, não pode ser de espetacularização. Como se os problemas que são tão relevantes na vida daqueles homens e mulheres servissem para fazer piada. Esse não é o papel do jornalismo, tampouco o que se diz comunitário.

Referências

- CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo de proximidade**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2002.
- COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.
- COUTINHO, Iluska; MATA, Jhonatan. Telejornalismo a serviço do público: a voz do povo em cena. **Famecos**, v. 17, n. 1, p. 65-73, 2010.
- COUTINHO, Iluska; FERNANDES, Lívia. Telejornalismo local e Identidade: O Jornal da Alterosa e a construção de um lugar de referência. **Anais do XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Região Sudeste**, Universidade Federal de Juiz de Fora, 16 a 18 de maio de 2007.
- MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: SENAC, 2000.
- NETV: Quadros e colunas. **Memória Globo**. Disponível em: <https://glo.bo/2LN4jzg>. Acesso em: 07 ago. 2020.
- PAIVA, Raquel. Jornalismo comunitário: uma reinterpretação da mídia (pela construção de um jornalismo pragmático e não dogmático). **Famecos**, v. 13, n. 30, p. 62-70, 2006.
- PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.
- PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. **Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade de Brasília, 6 a 9 de setembro de 2006.
- RJTV: RJ Móvel. **Memória Globo**. Disponível em: <https://glo.bo/2YrXNUI>. Acesso em: 07 ago. 2020.
- SCHMITZ, Aldo Antonio. **Classificação das fontes de notícias**. Florianópolis, SC: UFSC, 2011.
- SIQUEIRA, Fabiana Cardoso de. O telejornalismo em transformação: os formatos da notícia na era digital. In: PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo; COUTINHO, Iluska (Orgs.). **O Brasil (é) ditado**. Florianópolis: Insular, 2012. p. 53-75.
- SPTV: No ar em duas edições, telejornal traz prestação de serviços e os fatos mais importantes do dia para os paulistanos. **Memória Globo**, sem data de publicação informada. Disponível em: <https://glo.bo/2Qgy9fx>. Acesso em: 07 ago. 2020.
- TONDO, Romulo; NEGRINI, Michele. Espetacularização e Sensacionalismo: Reflexões Sobre o Jornalismo Televisivo. **Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade Positivo PR, 4 a 7 de setembro de 2009.
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Porto Alegre, RS: Bookman Editora, 2015.
- Lívia Cirne é doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia (PPGEM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordena o Grupo de Convergência e Narrativas Audiovisuais (Connau). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto e redação do manuscrito.*
- Vitor Belém é doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; e redação do manuscrito.*
- Fabiana Siqueira é doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, docente do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba e também do Curso de*

Jornalismo da UFPB, além de vice-diretora do CCTA/UFPB. Neste artigo, contribuiu com o desenvolvimento da discussão teórica e a interpretação dos dados.

Giovana Mesquita é doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, com estágio doutoral na Universidade Pompeu Fabra (Barcelona), vice-coordenadora da pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco e professora do curso de Comunicação Social do CAA-UFPE. Neste artigo, contribuiu com desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito: